

A OMISSÃO DO ESTADO QUANTO A APLICABILIDADE DA LEI DE EXECUÇÕES PENAIS NA CADEIA PÚBLICA DE CÁCERES

Por: Ademir Martinez

Este trabalho de conclusão de curso tem por objetivo verificar a omissão do Estado em aplicar a Lei de Execuções Penais na Cadeia Pública de Cáceres – MT. Por meio de um olhar crítico, visa analisar os erros e equívocos de aplicação da aludida lei.

Para o desiderato realizou-se entrevistas com os advogados atuantes no campo criminal da Comarca, com os agentes prisionais lotados na cadeia pública, e por fim, com os reeducandos que estão reclusos no estabelecimento prisional. Realizou-se estudo comparatório das disposições normativas da Lei de Execuções Penais e a sua efetiva aplicação.

O trabalho de conclusão foi dividido em 04 partes. A primeira parte descreve de forma sucinta a história e origens do direito de punir, as crenças e algumas das formas de punição utilizadas no curso da história. Na segunda parte, abordou-se o Direito Constitucional, com o foco na tutela dos direitos individuais impondo limites ao Estado na aplicação do direito penal, relacionado com o direito penitenciário e a execução das penas. Na terceira parte foi abordado a problemática do sistema penitenciário, descrevendo a estrutura da cadeia pública de Cáceres, os problemas da superlotação e algumas das suas conseqüências. Finalmente, na quarta parte discorreu-se sobre a realidade dos cumprimentos de penas na Cadeia Pública de Cáceres por meio de montagem de gráficos com fundamento nos questionários apresentados aos advogados atuantes na área criminal da Comarca, agentes prisionais e aos presos que estão cumprindo suas penas na Cadeia Pública de Cáceres.

Palavras-chaves: Cadeia Pública de Cáceres; Lei de Execuções Penais; omissão; superlotação; princípio da dignidade humana; princípio da individualização da pena; marginalidade; reeducar; ressocializar.